

## **TRABALHO INFANTIL E POBREZA DA POPULAÇÃO FEMININA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO DA INTER-RELAÇÃO ENTRE ESTES DOIS FATORES**

*Janete Leige Lopes  
Rosângela Maria Pontili  
Ana Roberta de Almeida*

### **RESUMO ESTENDIDO**

#### **INTRODUÇÃO**

Embora não seja um problema da atualidade, no Brasil o trabalho infantil adquiriu maior visibilidade no período colonial e durante a implantação do regime escravagista, quando se passou a submeter crianças índias e negras aos rigores das atividades laborais. (MTE, 2004).

Em decorrência dos efeitos negativos que o trabalho precoce causa na vida das crianças, o trabalho infantil, têm sido alvo de constantes discussões por diversos pesquisadores, (LOPES, SOUZA e PONTILI, 2008).

As conclusões destes pesquisadores são as mais diversas, mas a pobreza é, sem dúvida, apontada como a principal causa para a inserção precoce no mercado de trabalho, (MACHADO NETO, 1980; SCHWARTZMAN, 2001).

Sobre a relação entre o trabalho infantil e escolaridade, muitos autores são enfáticos ao afirmar que a inserção precoce das crianças no mercado de trabalho, causa atraso na vida escolar e, mais tarde ou na fase de adolescência, dificultará a permanência dos jovens no mercado de trabalho devido ao seu baixo nível de educação ou qualificação, (SCHULTZ, 1973; KASSOUF, 2002).

Além disso, quando a criança, desempenha atividades que deveriam ser executadas por adultos, promove um impacto negativo sobre o salário e o emprego dos adultos, o que pode até mesmo afetar o crescimento econômico de um país no longo prazo. (FLORI; BASU E TZNNATOS, 2003; GALI, 2001).

Em vista do exposto, o objetivo principal deste trabalho foi o de verificar e discutir a possível inter-relação entre trabalho infantil e pobreza para a população trabalhadora brasileira, do gênero feminino. Para tanto, fez-se uma análise econométrica, a partir do modelo *probit*, utilizando os dados PNAD, do ano 2009.

## METODOLOGIA E DADOS

Reconhecidamente a pobreza é uma síndrome de carências diversas, mas, neste estudo pobreza e indigência estarão associadas somente à ocorrência de renda baixa, mais especificamente a níveis de renda considerados insuficientes para atender às necessidades básicas de um indivíduo. Assim, “um indivíduo é considerado pobre se este possui renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo. Já a linha de indigência é definida em um quarto de um salário mínimo por mês” (LOUREIRO E SULIANO, 2009: p. 5).

Para verificar a inter-relação entre a probabilidade de permanência nas condições de pobreza e indigência e as variáveis socioeconômicas mencionadas, estimou-se um modelo *probit*, utilizando-se a base de dados da PNAD/2009, que tem a forma funcional dada por:

$$\mathbf{y} = F(\mathbf{x}_c, \mathbf{x}_{ii}) \quad (1)$$

onde:

$\mathbf{y}$  é a probabilidade de uma mulher trabalhadora estar (ou não) em condições de pobreza ou indigência.

$\mathbf{x}_c$  é identificado como o vetor das variáveis explicativas que representam as características individuais das mulheres brasileiras trabalhadoras.

$\mathbf{x}_{ii}$  é o vetor que representa a idade de ingresso no mercado de trabalho, o qual foi transformado em variáveis *dummies*.

## **FATORES QUE INFLUENCIAM NO FATO DE QUE MULHERES TRABALHADORAS ESTEJAM EM SITUAÇÃO DE POBREZA E INDIGÊNCIA**

De acordo com os dados da PNAD (2009), o Brasil contava com uma população de 191.795.854 habitantes. Desse total, 126.191.103 corresponde à população com idade entre 18 e 70 anos, dos quais, 60.558.065 (47,99%) são homens, e 65.633.038 (52,01%), mulheres.

Do total de mulheres trabalhadoras, com idade entre 18 e 70 anos, 41.807.935 ou 63,7% declararam estar trabalhando, enquanto 23.825.103 declaram não estar executando nenhuma atividade laboral, o que corresponde a 36,3% da população feminina total.

A seguir apresenta-se os resultados dos efeitos marginais das regressões *probit* para investigar qual é a probabilidade das mulheres trabalhadoras estarem em situação de pobreza. Vale comentar que os resultados do modelo econométrico foram, em sua grande maioria, significativos ao nível de 1%.

De acordo com os resultados, a idade, e o número de anos de estudo afetam a negativamente a probabilidade de que a mulher seja pobre ou indigente. O sinal negativo dos coeficientes destas variáveis indica que, quanto maior a idade ou o número de anos de estudo, menor a probabilidade das mulheres pertencerem à classe pobre ou indigente.

Com relação ao local de residência, mulheres residentes na zona urbana têm menores chances de serem pobres ou indigentes, quando comparadas àquelas que moram na área rural.

Dos coeficientes que representam a cor ou raça da mulher trabalhadora, observou-se que o sinal positivo dos coeficientes revela que mulheres negras e pardas, amarela ou indígena, têm maiores possibilidades de serem pobres ou indigentes, quando comparadas às mulheres brancas.

No que diz respeito ao setor de atividades nos quais as mulheres trabalhadoras estão inseridas, observou-se que as mulheres inseridas na agricultura tem maior probabilidade de pertencer à população pobre ou indigente, quando comparada à todos os outros setores de atividade econômica (indústria, comércio, construção civil, serviços, social, doméstico e outros).

Com relação à idade de inserção no mercado de trabalho, os resultados mostraram através do sinal negativo, que mulheres inseridas no mercado de trabalho com idade entre 10 e 14 anos ou com idade de 15 a 17 anos têm menores chances de serem pobres ou indigentes quando comparadas às que começaram a trabalhar com até nove anos de idade.

Um resultado que comprova a existência de um ciclo de auto alimentação entre trabalho infantil e pobreza para o caso das mulheres trabalhadoras.

Vale lembrar que autores já citados na introdução desta pesquisa afirmam que as crianças trabalhadoras são, na sua maioria, pertencentes a famílias pobres e foram colocadas nesta condição para contribuir com uma melhoria da renda familiar. Entretanto, os resultados aqui apresentados mostram que o início precoce nas atividades laborais conduz à manutenção das condições de pobreza.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta inicial desta pesquisa consiste em uma análise da inter-relação entre trabalho infantil e condições de pobreza da mulher brasileira trabalhadora, dando ênfase à idade de ingresso no mercado de trabalho. Para tanto, selecionou-se mulheres com idade entre 18 e 70 anos.

Os resultados mostraram que, do total de mulheres trabalhadoras, 3.121.126 pertencem à população pobre e 2.331.782 estão em situação de indigência, o que é um dado preocupante, uma vez que reduzir e eliminar a pobreza é condicionante para alcançar o desenvolvimento econômico de uma nação.

O trabalho infantil, por sua vez, afeta a vida da mulher de forma negativa, pois aquelas que se inseriram no mercado de trabalho com idade inferior a 10 anos, ou com idade entre 10 e 14 anos, tem maior probabilidade de permanecerem pobres, ao longo de sua vida produtiva. Como a pobreza e a baixa renda familiar são as principais justificativas para inserir as crianças no mercado de trabalho precocemente, tem-se aqui, a comprovação de um ciclo de autoalimentação entre trabalho infantil e pobreza. Ou seja, meninas pobres, que iniciam suas atividades laborais precocemente, têm uma redução nas chances de serem adultas bem escolarizadas. Com isso, permanecem como trabalhadoras em atividades mal remuneradas e tem aumentada a probabilidade de permanecerem pobres.

Em vista disso, sugere-se a elaboração e/ou manutenção de políticas públicas ou iniciativas de âmbito privado que conduzam a redução e conseqüente eliminação do trabalho infantil, bem como ao constante aumento do nível de escolaridade da população brasileira. De modo especial, sugere-se que estas políticas sejam voltadas para a melhoria das condições de trabalho e renda das mulheres.

## REFERÊNCIAS

BASU, K.; TZANNATOS, Z. The global child labor problem: what do we know and what can we do? **The world bank economic review**, v. 17, n. 2, p. 147-173, 2003.

GALI, R. The economic impact of child labor. **Discussion Paper nº 128/2001**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 14 abr 2011.

KASSOUF, A. L. **Aspectos Sócio-econômicos do Trabalho Infantil no Brasil**. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002. 124 p.

LOPES, J. L. ; SOUZA, E. L. C. ; PONTILI, R. M. . Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná. In: VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século XXI, 2008, Marília- SP. VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século XXI, 2008.

LOUREIRO, A. O. F.; SULIANO, D. C. **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil**. Governo do Estado do Ceará: SEPLAG/IPECE, ago. 2009, p. 1-10 (Nota técnica n. 38) Disponível em: <[www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas\\_tecnicas/NT\\_38.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_38.pdf)>. Acesso em: 2 jul. 2012.

MACHADO-NETO, Z. As meninas – ensaios sobre o trabalho da criança e da adolescente na família proletariada. **Ciência e Cultura**, v. 32, n. 6, p. 671-683, 1980.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004. 82 p.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**: investimentos em educação e pesquisa. Trad. de M. A. de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 250p.

SCHWARTZMAN, S. **Trabalho Infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2001.